

ANEXO VII

Mapa das Responsabilidades Contingentes

A identificação e descrição das responsabilidades contingentes a que se refere a alínea a), do nº 1, artigo 46º, , Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro

De acordo com o art.º 46 da Lei 73/2013, de 3 de setembro é obrigatória a divulgação dos passivos contingentes, ou seja de obrigações presentes (legal ou construtiva) como resultado de acontecimento passado e que ainda não sejam dívida e que não tenham sido reconhecidas como provisões por não ser possível prever se irá conduzir a um pagamento e ou estimar o seu valor.

Por responsabilidades contingentes (ou “passivos contingentes”), entende-se:

“As responsabilidades contingentes são as possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque:

- a) Não é provável que um exfluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou,
- b) O montante das obrigações, não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.”

As responsabilidades contingentes não são mostradas no balanço, mas devem ser divulgadas em relatório e/ou notas. Os tipos comuns de responsabilidades contingentes incluem garantias e os resultados de disputas legais.

I - processos Judiciais em curso: Faturação do grupo AdNorte, emitida ao Município, incorporando processos judiciais, no valor de 8.197.891,06€, (valor este que contempla o montante reconhecido no balanço na conta 59*- resultados transitados).
O Município tem a expectativa de que tais processos resultem em desfecho favorável. Contudo, segundo o princípio da prudência foram constituídas provisões no valor de 2.502.989,21€.